



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

**RELATÓRIO COMITÊ VALOR PÚBLICO
NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE**

2021

Comitê Valor Público	SEI nº 0004269-86.2019.6.21.8000
----------------------	----------------------------------

Nº de reuniões realizadas no período	3
--------------------------------------	---

Composição do Comitê			
Lotação	Servidor	Comparecimento	Faltas just.
TRE-RS	Magistrado Des. Amadeo Henrique Ramella Buttelli	3	0
ASPLAN	Magda Stoll Andrade	3	0
ASPLAN	Adriana Spilki	3	0
DG	Gabriele Mayer	3	0
SA	Gustavo de Oliveira Pereira	3	0
STI	Marilene Pitrez Salis	1	2
STI	Marialice Rangel	2	1
ASCOM	Rodolfo Soares Manfredini	3	0
SA	Paulo Henrique Ulbrich	2	1
SA	Daniela Figueiredo de Souza Machado	2	1
SGP	Maria Leonor Bica Moutinho	2	1

Ações propostas para o exercício e estágio de implementação

Assunto	Descrição
1. Desenvolver e implantar o LIODS (Portaria TSE 747/outubro 2020)	A Portaria TRE-RS p n. 928, de 17 de agosto de 2021, instituiu o Laboratório de Inovação da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul. A primeira ação foi efetivar a adesão ao LIODS-JE.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Descrição
	Embora o Comitê Valor Público não atue diretamente com o Laboratório de Inovação, contribuiu para o projeto da Central de Libras Nacional.
2. Participar das reuniões e eventos em parceria com o Grupo Interinstitucional Socioambiental (GISA)	Participação em 12 reuniões do GISA, que ocorreram remotamente. Colaboração com o <i>Instagram</i> do GISA, por meio de criação de conteúdo para publicação. Participação e divulgação em ações promovidas pelo GISA: • Webconferência Acesso à Água Potável para todos: uma questão de dignidade GISA
3. Acompanhamento do PLS e Monitoramento do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) CNJ	Mensalmente, o Comitê Valor Público coletou dados dos indicadores e informou ao CNJ, via questionário de dados socioambientais. Também foi realizado o acompanhamento dos Planos de Ação das unidades.
4. Elaboração de novo PLS	A Resolução CNJ n. 400, de 16 de junho de 2021, alterou a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Essa resolução alterou o modelo do Plano de Logística Sustentável e seus respectivos Planos de Ação. Por trazer importantes orientações sobre o tema, foi necessário estudo aprofundado e participação em eventos e grupos de <i>whatsapp</i> para esclarecimentos de dúvidas sobre o normativo referido. Foi formado grupo com três integrantes do Comitê Valor Público para elaborar o novo documento. O documento foi encaminhado para apreciação da Alta Administração em outubro de 2021 após trabalho conjunto com as unidades gestoras e revisão pelo Comitê Valor Público. A Resolução TRE RS n. 379, de 1º de dezembro de 2021 instituiu o PLS TRE-RS 2021-2026.
5. Estudo da Resolução CNJ 401/2021	A Resolução CNJ n. 401, de 16 de junho de 2021 dispôs sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Descrição
	Por trazer importantes orientações sobre o tema, foi necessário estudo aprofundado e participação em eventos e grupos de <i>whatsapp</i> para esclarecimentos de dúvidas sobre o normativo referido.
6. Ações de Capacitação	Participação dos servidores nos seguintes fóruns e ações de capacitações: • Curso Sustentabilidade na Administração Pública – TCU • Abertura da XXVII Semana Estadual da Pessoa com Deficiência - Governo do Estado do Rio Grande do Sul • VIII Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder judiciário 2021 – STJ • Formação virtual em audiodescrição nas redes sociais – UFRGS/PROEXT • Curso de acessibilidade digital e comunicacional - TRE-SP • Webinar: avaliação psicossocial da deficiência – TCU • VIII Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável - STJ • Curso Sustentabilidade na Administração Pública – ENAP • Fórum em defesa da inclusão, acessibilidade e não discriminação das pessoas com deficiência - Escola judiciária do TRT da 4ª região • Webinar sobre sustentabilidade e acessibilidades luz das resoluções CNJ 400 e 401 – CNJ • Setembro acessível: uma conversa sobre a inclusão das pessoas com deficiência - TRE-SP
7. Ações de sensibilização	Participação e divulgação das seguintes ações de sensibilização: • Apoio ao Evento “Dia Lixo Zero” - 14/08/2021 • Evento alusivo à XXVII Semana Estadual da Pessoa com Deficiência - Trajeto solidário - postado na intranet em 21/09/2021 • Orientação sobre Audiodescrição de imagem encaminhada pelo TSE e compartilhada institucionalmente pelo Valor Público via SEI n. 0010186-13.2021.6.21.8325, processo iniciado em 29/09/2021 • Convite encaminhado aos servidores para participação no evento: “Fórum em Defesa da Inclusão, Acessibilidade e Não Discriminação das Pessoas com Deficiência” • Ciclo de Ideias (24/11/2021)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Descrição
8. Colaboração no cumprimento da Res. 347/2020 CNJ	Elaboração do novo PLS, adequando as exigências da Resolução CNJ n. 347/2020 e da Resolução CNJ 400/2021.
9. Acompanhar a implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Em 2021 foi implantado efetivamente o gerenciamento de resíduos de Porto Alegre, mediante a coleta e disposição por empresa contratada dos resíduos orgânicos e seletivos (Contrato nº 9/2021) e continuidade da retirada dos resíduos de saúde (Contrato nº 15/2020). Considerando as alterações na estrutura dos prédios em Porto Alegre, está prevista a revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Institucional em 2022.
10. Organização do evento Ciclo de Ideias 2021	Foi realizada a sétima edição do evento Ciclo de Ideias 2021 (SEI n. 0010616-62.2021.6.21.8000). O evento ocorreu em formato remoto, com transmissão pelo <i>Youtube</i> (Canal da EJERS), contando com o apoio da EJERS e divulgação da ASCOM. O tema do evento foi "Pensar Local/Transformar o Mundo" Foi realizadas uma live e planejada exposição presencial itinerante que será implementada em 2022. O tema da Live foi: Live 1: Aeromóvel como tecnologia de mobilidade disruptiva – com apresentação de Marcus Coester "Pensar Local/Transformar o Mundo" Data: 26/11/2021 – 14 horas Participação: Dr. Amadeo Henrique Ramella Buttelli (Magistrado, juiz do pleno e integrante do Comitê Valor Público) Mediadora: Gabriele Mayer – Comitê Valor Público do TRE-RS Link do evento: https://www.youtube.com/watch?v=EpH_10a35IE&t=42s
11. Acompanhamento da Meta 9 (CNJ)	A meta 9 foi referente ao ODS 5 (Participação feminina) e teve sua execução elaborada pela Comissão de Participação Feminina e acompanhada pelo Comitê Valor Público/ASPLAN.
12. Assistência à ASCOM para contratação de	Encaminhamento de SEI com arrazoado sobre a importância e necessidade da Contratação de Intérprete de Libras para as comunicações institucionais do TRE-RS. Além disso, foram encaminhados documentos já elaborados



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Descrição
intérprete de LIBRAS	em contratação semelhante (Termo de Referência - TR, Documento de Oficialização da Demanda - DOD e Estudos Técnicos Preliminares – ETP) como subsídio para contratação e foram apresentadas ideias para o contrato.
13. Parceria com SA para aquisição de canecas do Comitê Valor Público.	Solicitação de aquisição e assistência à SA para encaminhamento do pedido de canecas permanentes para os servidores e colaboradores da justiça eleitoral gaúcha, visando à contínua redução do consumo de copos plásticos na instituição.
14. Elaboração de materiais em braille para servidores com deficiência visual	Foram impressos 05 unidades de calendários de mesa 2021 e 06 calendários 2022 com transcrição em braille para os servidores com deficiência visual. Também foi impressa em braille uma placa de homenagem, por tempo de serviço.
15. Elaboração de Projeto “Inclusão nas eleições 2022”	Foi elaborado Plano do Projeto “Inclusão das eleições 2022” e planos de ação relacionados ao projeto. O documento também foi formalizado, apresentado à Alta Administração e autorizado.
16. Atividade não realizada: Aplicar questionário de diagnóstico de acessibilidade institucional	Justificativa: O Comitê Valor Público previa efetivar a aplicação do questionário para diagnóstico do nível de maturidade quanto à Acessibilidade Institucional, por meio do Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade. No entanto, em razão de a maioria dos colaboradores ter permanecido em tele trabalho e trabalho remoto em 2021 (sem acesso constante aos prédios físicos), entendeu-se que não seria profícua a aplicação do questionário nesse contexto. Assim, será oportunamente avaliada sua aplicação em 2022.
17. Atividade não realizada: Capacitação de colaboradores terceirizados	Justificativa: Embora a convicção da importância de educação continuada no tema de Sustentabilidade e Acessibilidade também para colaboradores terceirizados, em razão do contexto ainda não seguro para promoção de eventos presenciais, capacitações não foram realizadas para esse grupo de colaboradores por não ser considerada adequada a proposta de atividades em formato remoto.

Planejamento para o próximo ano.

Assunto	Descrição
Diagnóstico de acessibilidade institucional	Aplicar questionário de diagnóstico de acessibilidade institucional.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Descrição
Revisão do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos	Necessidade de revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Institucional em 2022, em razão de alterações na estrutura dos prédios em Porto Alegre.
Descarte de Urnas Eletrônicas	Participação de integrante do Comitê Valor Público na ação.
Capacitação de colaboradores terceirizados e servidores	Alinhamento conceitual e aumento da adesão em projetos institucionais de Acessibilidade e Sustentabilidade.
Acompanhar os projetos desenvolvidos no LIODS da JE (Portaria TSE 747/outubro 2020)	Para atender as demandas da sociedade e CNJ
Acompanhar a implantação do novo PLS e Monitorar o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) CNJ	Para otimizar os recursos do tribunal e informar CNJ. Também objetiva melhoria contínua no desempenho em sustentabilidade.
Realizar campanha para entrega de novas canecas sustentáveis	Para promover a conscientização de servidores, visando à redução do uso de copos plásticos.
Realização do Ciclo de Ideias.	Promover um debate qualificado na instituição sobre temas ligados à responsabilidade socioambiental.
Publicação trimestral na Revista TRE Informa sobre temas relativos ao Comitê Valor Público	Para divulgar e sensibilizar a instituição sobre Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão.
Execução do projeto “Inclusão nas Eleições 2022”	Para oportunizar eleições mais acessíveis às pessoas com deficiência.
Participar dos eventos em parceria com o Grupo Interinstitucional Socioambiental (GISA)	Atendimento do Termo de Cooperação firmado entre os Órgãos integrantes do Grupo

Aprovação

Nome
Magda Stoll Andrade – Coordenadora do Comitê Valor Público